

**1ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA ASSEMBLÉIA DO  
2CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –  
3CONANDA (EXTRAORDINÁRIA)**

4 Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e sete,  
5 no Auditório Lourenço Nacib Chehab do Ministério das Comunicações, deu-se  
6 início a 148ª Assembléia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do  
7 Adolescente – Conanda. (Extraordinária) A abertura dos trabalhos foi feita pela  
8 Senhora Presidente Carmen de Oliveira e contou com a presença dos conselheiros  
9 titulares: Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de  
10 Pediatria; Antônio Pereira da Silva Filho, Federação Nacional dos Empregados em  
11 Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas; Maria Ignez R. Souza  
12 Bierrenbach, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Isaias Bezerra de Araújo,  
13 Fundação Fé e Alegria do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São  
14 João Bosco / Salesianos; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Fabio Feitosa da  
15 Silva, União Brasileira de Educação e Ensino; Marta Marília Tonin, Conselho  
16 Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Maria Aurilene Moreira Vidal,  
17 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski,  
18 Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves,  
19 Movimento Nacional de Direitos Humanos; Maria Luiza Moura de Oliveira,  
20 Conselho Federal de Psicologia; Raimunda Nubia Lopes da Silva, Central Única dos  
21 Trabalhadores; José Ricardo Calza Caporal, Federação Brasileira das Associações  
22 Cristãs de Moços; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde; Luis  
23 Fernando de Lara Resende, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;  
24 Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Política de Promoção da  
25 Igualdade Racial da Presidência da República; José Eduardo Romão, Ministério da  
26 Justiça. Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta  
27 Assembléia: Solange Stella Serra Martins, Ministério do Desenvolvimento Social e  
28 Combate à Fome; Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego;  
29 Mariana Bandeira, Casa Civil da Presidência da República. Conselheiros Suplentes  
30 Não Governamentais presentes: Ferial Sami, Comunidade Bahá'í; Patrícia Campos,  
31 Associação Nacional de Centros de Defesa da Criança e do Adolescente.  
32 **Aprovação da Pauta:** A Senhora Presidente fez a apresentação da Pauta  
33 justificando a convocação para a Assembléia Extraordinária, a fim de se discutir e  
34 tomar decisões sobre os últimos acontecimentos que envolviam adolescentes e, a  
35 votação sobre a redução da maioria penal na Comissão de Constituição, Justiça e  
36 Cidadania do Senado Federal. Na oportunidade, esclareceu que a assembléia ficaria  
37 instalada até o dia vinte e oito para que os conselheiros pudessem acompanhar a  
38 referida votação. Saudou também os convidados que aceitaram o convite para  
39 debater o tema, os demais representantes dos diversos Ministérios, assessores de  
40 parlamentares, representantes de outros setores afins e da imprensa. Esclareceu que,  
41 na pauta, foram incluídos os nomes de oito debatedores, divididos em dois blocos. A  
42 pauta foi submetida à plenária, tendo a mesma sido aprovada. Em seguida, a Mesa  
43 foi composta pela Senhora Presidente, Carmen de Oliveira; pela Vice-Presidente,  
44 Maria Júlia Deptulski; pelos debatedores: **1) Luiz Eduardo Bento de Mello Soares,**  
45 Secretário Municipal de Valorização pela Vida e Prevenção à Violência da  
46 Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu; **2) Afonso Armando Konzen,** Procurador da  
47 Justiça do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul; **3) Leoberto Narciso**  
48 **Brancher,** Juiz da Vara da Infância e da Juventude; **4) Padre Júlio Lancelotti,**  
49 Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de São Paulo. O primeiro debatedor  
50 foi o Senhor **Luiz Eduardo Bento de Mello Soares,** que na sua explanação  
51 abordou a difícil e delicada situação do momento, e a necessidade da defesa da  
52 vida. Apresentou dados numéricos da situação brasileira, enfocando que estava  
53 havendo um verdadeiro genocídio, causado pela violência letal e que, a

54 concentração dessas vítimas estava nos jovens de quinze a vinte e quatro anos,  
55 principalmente os negros e pobres, responsabilizando o Estado brasileiro pela  
56 problemática. Alegou que, no Rio de Janeiro mais de duas mil vítimas desse  
57 genocídio eram de classe média baixa e vítimas de ações policiais. Para ele o  
58 sistema penitenciário não estava cumprindo o seu papel com o presos acima de  
59 dezoito anos e que também não iria funcionar com as pessoas com menos de dezoito  
60 anos. Alegou que nos momentos de crise surgiam idéias simplórias para resolver o  
61 problema. Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o Senhor Luiz  
62 Eduardo alegou que o Brasil ainda não o havia implementado, questionando como  
63 uma lei poderia ser mudada se ela ainda não havia sido colocada em prática. Para  
64 ele, era preciso refletir o que estava acontecendo na nossa sociedade. Sugeriu ao  
65 Conanda uma pauta propositiva, indicando os seguintes pontos: **a)** criação da lei de  
66 responsabilidade socioeducativa; **b)** criar um fundo socioeducativo; **c)** criar uma  
67 política nacional sistêmica e sistemática. **Afonso Armando Konzen:** O palestrante,  
68 após os cumprimentos formais, fez uma autocrítica pela forma de implantação do  
69 Estatuto da Criança e do Adolescente, ressaltando a necessidade da regulamentação  
70 do sistema e das medidas socioeducativas para que haja mudanças. Para o Doutor  
71 Armando, no Brasil as pessoas acham que o adolescente privado de liberdade não  
72 está preso mas apenas cumprindo medidas socioeducativas. Concordou com a  
73 proposta de agenda propositiva do Secretário Luiz Eduardo e destacou, como pontos  
74 a serem agendados, a reconstituição das medidas socioeducativas e o  
75 encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de Execução das  
76 Medidas Socioeducativas, considerado por ele como um grande avanço. O  
77 palestrante esclareceu os principais pontos positivos do PL, alegando que o mesmo  
78 facilitará a organização do sistema, reforçará a garantia individual do adolescente,  
79 regulamentará os procedimentos judiciais, os programas e o plano individual do  
80 adolescente, além de contribuir para a real fiscalização das unidades e a criar uma  
81 cultura de gestão. Considerou que com este PL, o Conanda terá argumentos para  
82 apresentação da agenda positiva. **Leoberto Narciso Brancher:** Primeiramente  
83 saudou a todos e em seguida fez a explanação do texto apresentado: “Melhor  
84 Ampliar do que Reduzir”. Esclareceu que o Estatuto traz uma concepção de justiça  
85 penal que pode servir de modelo penal para adultos, e não ao contrário. Com relação  
86 à situação atual dos adolescentes, ressaltou que existiam muitos fatores favoráveis  
87 para a não redução da idade penal como a cláusula pétrea, o posicionamento do  
88 Presidente da República e da Ministra do Supremo Tribunal Federal contra a  
89 referida redução, argumentos éticos, entre outros. Para ele, todo ato de violência  
90 gerava clemência por ato de justiça. Destacou que além disso, era preciso  
91 reconhecer a natureza jurídica penal das medidas socioeducativas, admitir a fixação  
92 do prazo máximo dessa medida na sentença, o atendimento diferenciado aos  
93 maiores de dezoito anos, a redefinição dos prazos, procedimentos e critérios de  
94 avaliação e, por fim abordou a questão da justiça restaurativa como um novo foco.  
95 O Juiz esclareceu que as considerações propostas sobre a justiça restaurativa  
96 estavam embasadas na sua experiência e aprendizagem. O texto apresentado na  
97 íntegra encontra-se no site da ABMP. **Padre Júlio Lancelotti:** Após os  
98 cumprimentos Padre Júlio falou da dicotomia entre razão e emoção e que era  
99 necessário pensar com a razão e com a emoção. Citou que estava havendo uma  
100 comoção da sociedade e, que a mesma buscava uma solução. Considerou que estava  
101 havendo uma tragédia anunciada e que a agenda positiva proposta pelos seus  
102 antecessores não poderia atender porque o caso necessitava de uma ação antecipada.  
103 Para Padre Júlio, a comoção nacional não havia afetado o Poder Público. Ele propôs  
104 a ampliação da responsabilidade social por meio das políticas públicas. Ressaltou  
105 que em São Paulo havia trinta mil crianças fora das creches e que era necessário  
106 acabar com essa defasagem sendo que a prioridade absoluta deveria estar voltada  
107 para a melhoria da qualidade das escolas. Quanto à questão ao tempo de internação  
108 dos adolescentes, era necessário saber o que significava os três anos de internação

na vida do adolescente. Para ele, era importante o adolescente aprender o valor do limite. Considerou que os meios de comunicação também não estavam cumprindo o seu papel e que as ações governamentais voltadas para a criança e o adolescente estavam muito departamentalizadas nos diversos ministérios e que, o estado teria de tratar a questão como um todo, citando que os jovens em cumprimento das medidas socioeducativas precisavam de concretude nas ações, principalmente no orçamento. Finalizando, sugeriu alguns pontos para definição da agenda positiva, tais como: agenda de políticas pública imediata, envolvimento das universidades, posicionamento das áreas de psicologia, jurídica, social frente à problemática da violência e concretude nas ações por parte do governo. A Senhora Presidente agradeceu aos debatedores e em seguida convidou os outros quatro debatedores para compor a mesa a saber: **1)** José Fernando da Silva, Centro de Cultura Luís Freire e ex-Presidente do Conanda; **2)** Wanderlino Nogueira, Consultor do Unicef; **3)** Laila Shukair, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – ABMP; **4)** Mário Volpi, Oficial de Projetos do Unicef. **José Fernando da Silva:** Primeiramente, cumprimentou a todos e parabenizou as duas mulheres (Carmen e Júlia) na Presidência do Conanda. Em seguida, esclareceu que a sua fala tinha o aval da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong e do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco. Disse que a sua proposta era pela não redução da maioria penal e pelo não aumento do tempo de internação dos adolescentes. Considerou que o Conanda deveria se posicionar contra qualquer redução ou ampliação do tempo de permanência, alegando que este último era o mais perigoso porque havia parlamentar propondo o aumento para trinta anos de internação. Considerou também que o aumento do tempo era inconstitucional, visto que os artigos duzentos e vinte e oito da Constituição Federal e o artigo 121 do Estatuto estabeleciam os princípios da brevidade e da excepcionalidade. Na sua fala José Fernando abordou também a falência do sistema penitenciário, a não implantação do Estatuto, o crescimento da internação de adolescentes, principalmente no Nordeste, no valor da internação (relação custo/benefício) e na discriminação, nesta última, citou como exemplo o assassinato do “Índio Galdino”, que não teve comoção e do menino João Hélio sim, bem como achando que os casos deveriam ser tratados com igualdade social. Assim, ele como defensor dos direitos humanos da criança e do adolescente, era contrário ao aumento do tempo de internação. Como os demais debatedores, sugeriu alguns pontos para a agenda positiva, conforme segue: campanha pelo fim da impunidade; punição para quem usar a criança e o adolescente para prática da violência; enviar o PL de execução das medidas socioeducativas ao Congresso Nacional e articular com as duas Casas de Leis para a sua aprovação o mais urgente possível; inserir o Sinase no PPA; implantação do Plano de Convivência Familiar e Comunitária; a regulamentação do Fundeb; a integração do Programa Bolsa Família com o Programa Bolsa Escola bem como, o aumento da idade dos beneficiários até dezoito anos. Acrescentou que o Conanda deveria regulamentar o número de delegacias e, de delegacias especializadas na quantidade suficiente para atender a demanda além de se posicionar frontalmente contra a redução da maioria penal e do tempo de internação. **Wanderlino Nogueira:** A fala do palestrante foi fundamentada no texto intitulado “O adolescente autor de ato infracional, em face das normas legais vigentes e dos projetos de emenda constitucional e de lei, em tramitação no Congresso Nacional”. Para ele, o país vivia no momento um clima emocional onde os sentimentos da população eram exacerbados e explorados, na cobrança de resultados no combate à violência. Para ele, o simples rebaixamento da idade penal não teria consequências maiores para eliminação da violência. Citou que a instigação da grande mídia fazia com que não se discutisse outros assuntos importantes. Considerou importante o Conanda se posicionar contra ao rebaixamento da idade penal e a favor do aperfeiçoamento das medidas

164 socioeducativas. O Doutor Wanderlino citou também outros pontos como, a falência  
165 do sistema penitenciário brasileiro e sua incapacidade de absorver um contingente  
166 de adolescentes dados como criminosos a partir das reformas propostas a  
167 impunidade marcante do sistema penal brasileiro que leva o acusado por crimes  
168 violentos à impunidade em índices altíssimos e crescentes a condição especial de  
169 desenvolvimento dos adolescentes que fazem exigir um atendimento especial e com  
170 cunho socioeducativo e o falseamento dos fatos que a grande mídia  
171 propositadamente promove e divulga, dando destaque principalmente para vozes a  
172 favor dessas reformas legislativas, como forma de manutenção de um *status-quo* de  
173 subordinação das classes populares (as mais atingidas pela reforma). O consultor  
174 apresentou sugestões como: defender a cláusula pétreia, visto a mesma já ter sido  
175 declarada pela ONU por ser matéria de direitos humanos; o aperfeiçoamento do  
176 sistema socioeducativo; encaminhar o PL de execução das medidas socioeducativas  
177 ao Congresso Nacional; a mobilização social; os Conselhos dos Direitos exercerem  
178 suas verdadeiras funções de controle das ações públicas governamentais e não  
179 governamentais com mais eficiências; o atendimento em rede para a completude  
180 institucional; atentar para o relatório de recomendações de Genebra de dois mil e  
181 quatro. **Laila Shukair:** A debatedora argumentou a agressão sofrida por todas as  
182 crianças e adolescentes e por qualquer ser humano, afirmando que a ABMP era  
183 contra o rebaixamento da idade penal e ao aumento do tempo de internação. Como  
184 sugestões, a Doutora Laila apresentou os seguintes pontos: estabelecer prazos para  
185 realização de pacto nacional para implantação do Sinase; alocação de verbas aos  
186 Estados para implementação do Sinase e do PL de execução das medidas  
187 socioeducativas; pacto com os Ministérios Públicos Estaduais para cobrança do  
188 cumprimento do Sinase; termo de parceria do Conanda com os Ministérios Públicos  
189 para implantação das medidas socioeducativas de liberdade assistida; levantamento  
190 dos adolescentes internos; políticas públicas integradas para as famílias dos  
191 adolescentes que cumprem medidas socioeducativas; pacto com os meios de  
192 comunicação; cumprimento das metas estabelecidas; informar a mídia sobre as  
193 ações realizadas; sansões aos gestores públicos quanto aos direitos constitucionais  
194 estabelecidos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente;  
195 governo federal colocar em prática as políticas existentes na área da criança e do  
196 adolescente. **Mário Volpi:** O debatedor deu início a sua fala fazendo uma reflexão,  
197 questionando qual era a diferença do crime que comoveu a sociedade com os demais  
198 crimes praticados contra crianças e adolescentes. Se era o tipo de crueldade ou, se  
199 era apenas, este horror que a sociedade via. Disse que o mau-senso oportunista e  
200 demagógico de alguns políticos e governantes omissos, aliado as abordagens  
201 sensacionalistas e superficiais da mídia, os fazia recorrer de imediato para soluções  
202 rápidas e simples. Questionou como ficava a indignação pelas crianças que morriam  
203 no semi-árido brasileiro, as crianças que morriam de diarreia, de fome e tantos  
204 outros crimes que não causaram o mesmo horror. Indagou porque uma crueldade  
205 era tão perversa e outras não. Para ele, as crianças e adolescentes estavam  
206 envolvidas num sistema muito mais grave. Citou que dezesseis crianças e  
207 adolescentes eram assassinadas por dia por crimes cometidos por adultos bem como,  
208 não havia estudos mostrando que os adolescentes eram mais violentos hoje do que  
209 ontem e que portanto, era necessário desconstruir esse mito existente. Para o Senhor  
210 Mário, era necessária determinação política para implantação do Sinase e a inclusão  
211 social de crianças e adolescentes que estavam fora das salas de aula. Ressaltou que  
212 para se resolver o problema da violência era preciso um grande investimento do  
213 governo e da sociedade em projetos de educação, de esporte, de cultura, de lazer, de  
214 participação, de profissionalização, etc e que estes projetos deveriam se constituir  
215 em ações articuladas com políticas estruturantes de distribuição de renda,  
216 crescimento sustentado na igualdade de oportunidades e, garantia de acesso a  
217 políticas sociais básicas para todas as crianças e adolescentes e que, mudar a lei  
218 serviria para fazer demagogia e esconder os graves problemas sociais do país.

219 Salientou que o Unicef tinha uma proposta de plataforma para trabalhar  
220 articuladamente estes fenômenos. Quanto ao projeto de ampliação do prazo de  
221 internação, considerou que era necessário discuti-lo com mais profundidade e à luz  
222 do sistema socioeducativo, inclusive sobre a questão do investimento para a  
223 implantação do sistema. Considerou que cada vez ficava mais onerosa para o país a  
224 não implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Debate:** A Senhora  
225 Presidente aproveitou a ocasião para agradecer aos palestrantes reafirmando os  
226 objetivos suprapartidários de todos e informar sobre as negociações mantidas com o  
227 Ministério da Justiça e com o Senador Mercadante a respeito do PL de execução das  
228 medidas socioeducativas, alegando a necessidade de se contrapor ao que estava  
229 posto. Em seguida ela fez um resumo das sugestões apresentadas pelos debatedores  
230 para elaboração da agenda positiva. A Vice-Presidente coordenou o debate onde  
231 foram apresentadas e / ou reafirmadas pelos presentes as seguintes sugestões:  
232 Emissão pelo Conanda da resolução sobre a regionalização do sistema de garantia  
233 de direitos no que tange as Delegacias, Defensorias Públicas e Varas Especializadas;  
234 inclusão dos programas voltados para crianças e adolescentes dos vários ministérios  
235 no PPA; Mobilização do governo e da sociedade para fazer valer os direitos de  
236 crianças e adolescentes; Necessidade do Fundeb abranger crianças de zero a seis  
237 anos; Não contingenciamento de recursos dos programas voltados para crianças e  
238 adolescentes; Integração das políticas públicas para não haver pulverização dos  
239 recursos; Mobilização da opinião pública e dos Parlamentares sobre o tema;  
240 Discussão de caráter político e à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e do  
241 PL de execução de medidas socioeducativas, sobre o aumento ou não do tempo de  
242 internação de adolescentes para alguns casos de natureza específica; O Estado  
243 brasileiro, o Conanda e o Fonaciad se manifestarem contra a redução da maioria  
244 penal e o aumento do período de internação; Efetuar levantamento de programas de  
245 saúde mental que já estão em andamento nas unidades de internação; Utilizar os  
246 meios de comunicação do governo federal para divulgação do Estatuto da Criança e  
247 do Adolescente; Mobilização dos governos estaduais; Política de atendimento para  
248 adolescentes com perfil agravado com aumento de tempo de internação e definição  
249 da medida. Tendo em vista a exigüidade de tempo e a reunião agendada com a  
250 Frente Parlamentar a Senhora Presidente propôs que as deliberações das sugestões  
251 apresentadas ficassem para o dia seguinte às oito horas e trinta minutos, na sala de  
252 reunião do Ministério da Justiça. Às quinze horas e trinta minutos no Plenário nove  
253 do Anexo II da Câmara dos Deputados, os conselheiros do Conanda e  
254 Representantes do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
255 participaram de reunião da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e  
256 do Adolescente, também para tratar da questão da redução da maioria penal e do  
257 aumento do tempo de internação dos adolescentes infratores. A Mesa foi composta  
258 pelos seguintes representantes: Deputada Federal Maria do Rosário, Coordenadora  
259 da Frente na Câmara dos Deputados; Deputado Federal e Presidente da Comissão de  
260 Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Luís Couto; pelos Parlamentares:  
261 Luciana Genro; Telma de Oliveira; Rita Camata; e Eduardo Barbosa; pela Senhora  
262 Carmen de Oliveira, Presidente do Conanda; pela Senhora Tiana Sento Sé,  
263 Coordenadora do Fórum Nacional DCA e pelo Senhor Mário Volpi, Oficial do  
264 Unicef. A Deputada Maria do Rosário justificou que a reunião tinha como objetivo  
265 estabelecer um diálogo de um tema recorrente e difícil de ser tratado no Parlamento.  
266 Alegou que se dependesse daquela Frente nenhum adolescente ou adulto teria uma  
267 arma na mão. Ressaltou também, que o menino João Hélio era um problema da  
268 Frente assim como, de todas as crianças e adolescentes, por isso estava se  
269 posicionando contra a redução da maioria penal. A Senhora Carmen agradeceu a  
270 oportunidade daquela reunião e da Audiência pública sobre violência realizada na  
271 Comissão de Direitos Humanos, bem como da Assembléia Extraordinária do  
272 Conanda realizada para fins de debater com diversos especialistas sobre o assunto e  
273 deliberar questões pertinentes. Ressaltou o direito à vida do menino João Hélio mas

também, do direito do adolescente que cometera o crime. Considerou como medida necessária a aplicação do Estatuto, que ainda não havia sido aplicado, para saber da sua validade ou não. Destacou a necessidade do reordenamento das unidades de internação, sobre o funcionamento das Defensorias Públicas, da necessidade de indicadores de qualidade, de parâmetros de custos das internações, de política diferenciada para adolescentes de dezoito a vinte e um anos, maior controle por parte dos Conselhos dos Direitos e do Ministério Público sobre a gestão pública, sobre a apreciação urgente do PL de execução das medidas socioeducativas. A Senhora Tiana falou da necessidade de se estabelecer um debate e a formulação de proposta concreta para solução do problema. Ressaltou que o Estatuto era para todas as crianças e adolescentes, inclusive para o João Hélio e que, não era rebaixando a idade e aumentando o tempo de internação que se resolveria o problema. O importante era a efetivação das políticas públicas. Destacou a necessidade de mudanças profundas e não de atitudes imediatistas. O Presidente Luís Couto ressaltou que a Comissão de Direitos Humanos nos países que rebaixaram a idade penal, tiveram que rever a situação e aumentá-la novamente para dezoito anos. Disse, que a Comissão de Direitos Humanos estava trabalhando com uma agenda propositiva incluindo neste contexto as políticas públicas e o Estatuto da Criança e do Adolescente para que o mesmo seja implementado na sua íntegra. Após as considerações iniciais a palavra foi franqueada aos presentes tendo sido registrado o que segue: A Senhora Elisabete Borgianni, Presidente do Conselho Federal de Serviço Social, falou em nome de sessenta e cinco mil Assistentes Sociais afirmando que, aonde as medidas socioeducativas são implantadas corretamente havia um reverso no comportamento dos adolescentes. Afirmou também que os presídios só aumentavam a violência. A Deputada Federal Luciana Genro registrou o compromisso de sua bancada, repudiando a redução da idade penal e o aumento do tempo de internação. Para ela, as crianças e adolescentes eram vítimas de um sistema que os levava a cometer crimes como no caso de João Hélio. Alegou a necessidade de todos trabalharem para a efetivação das políticas públicas e o Estado Brasileiro arcar com as suas responsabilidades. A Senhora Roseana Queiroz, Coordenadora do Movimento Nacional de Direitos Humanos, propôs convencer os demais parlamentares e a imprensa, em geral, alegando que a redução da idade e o aumento do tempo de internação não iriam reduzir a violência ao contrário, aumentariam as rebeliões. Para ela, era preciso discutir o sistema penitenciário como um todo visto que os presídios já estavam abarrotados e que aumentar o contingente era como um barril de pólvora e que assim sendo, o assunto deveria ser tratado com racionalidade. Ela afirmou ainda que, havia muito mais adolescentes morrendo do que réus. Propôs todos os direitos humanos para todas as pessoas e que medidas de recrudescimentos de pena se combatia com políticas públicas. O Juiz Leoberto, ressaltou a necessidade da criação de uma lei de responsabilidade socioeducativa e que o sistema socioeducativo não estava estruturado para um aumento do tempo de internação, mas caso isso ocorresse, os adolescentes deveriam ficar sob a jurisdição da justiça da infância e da juventude. A Deputada Rita Camata propôs maior divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente além de maior agilidade da justiça, dos conselhos dos direitos e do ministério público, no sentido de cobrarem dos órgãos competentes o cumprimento dos seus papéis. Considerou também a necessidade de se manter uma agenda permanente de mobilização da sociedade e sobretudo, um orçamento adequado e não contingenciado. Por fim, a Deputada ressaltou a necessidade de se efetuar um acompanhamento sistemático das medidas socioeducativas. O Deputado Eduardo Barbosa salientou a necessidade de se propor alternativas claras sobre os limites a serem dados aos adolescentes como resposta à sociedade, dado a gravidade do momento. Considerou razoável a proposta de aumento do tempo de internação como forma de dar uma resposta à sociedade brasileira. O Representante do Unicef, Senhor Mário Volpi, abordou a necessidade de se avançar na proposta de responsabilidade dos atores do sistema socioeducativo

329 por parte dos governos, bem como apoiar os municípios a implantarem as medidas  
330 de liberdade assistida. Para ele, o que irá reduzir a violência serão os investimentos  
331 dos governos. Ressaltou que aumentar o prazo de internação para cinco ou dez anos  
332 não iria garantir a ressocialização dos adolescentes. A Vice-Presidente do Conanda,  
333 conselheira Júlia Deptulski, chamou a atenção para os adolescentes que morrem  
334 dentro das unidades de internação. Destacou também a morte do Índio Galdino, que  
335 apesar da brutal violência não teve a mesma repercussão na sociedade. A Deputada  
336 Telma de Oliveira alertou para o momento delicado que a sociedade vive e que para  
337 isto era necessário uma resposta alternativa que atendesse esta sociedade. Sugeriu  
338 que o Conanda se posicionasse sobre a questão orçamentária que impede o  
339 atendimento adequado na área da criança e do adolescente. A Coordenadora do  
340 Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e  
341 Adolescente, Senhora Neide Castanha, disse que era preciso ter racionalidade e se  
342 posicionar contra a redução da idade penal e o aumento do tempo de internação.  
343 Propôs que o Conanda informasse a sociedade em geral que o Sinase, o PL de  
344 Execução das Medidas Socioeducativas, o Plano Nacional de Convivência Familiar  
345 e Comunitária, o Programa Bolsa família e outros, todos eles eram exemplos para a  
346 aplicação das medidas socioeducativas. Alegou que havia sim, solução para a  
347 problemática apresentada. Propôs ainda, a realização de debates sobre o  
348 enfrentamento da violência com todos os seguimentos da sociedade. O Senhor  
349 Cláudio Augusto destacou a dor da família do garoto João Hélio mas chamou a  
350 atenção também para as demais crianças e adolescentes que sofrem o drama da  
351 violência. Destacou a questão dos jovens até vinte e quatro anos que estão fora da  
352 escola e que não seria rebaixando a idade penal que iriam resolver o problema. Para  
353 ele, a questão da violência vinha de muitos anos atrás e que não era ocasionado  
354 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Abordou a falta de orçamento, a falta de  
355 estrutura adequada para aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e de um  
356 órgão nacional dotado de estrutura competente para a implantação do Sinase.  
357 Atribuiu à situação caótica em que se encontrava o país devido ao desmonte do  
358 estado brasileiro. Para ele existiam propostas concretas que poderiam mudar a  
359 situação atual, como o Sinase e o PL de execução das medidas socioeducativas.  
360 Outro exemplo citado, foi o PL n° 1.300 / da Unafisco, que destinava recursos aos  
361 fundos dos direitos. Por fim, propôs a desvinculação da DRU pelo Congresso  
362 Nacional. O Deputado Paulo Vinatti, representante da Frente Parlamentar da  
363 Juventude, informou sobre a elaboração do Plano Nacional da Juventude como um  
364 Plano de governo. Ele também destacou a falta de aplicação do Estatuto da Criança  
365 e do Adolescente pelo Estado Brasileiro. Ressaltou que os municípios que investiam  
366 nesta área haviam reduzido a violência. Propôs a realização de uma boa campanha  
367 nacional sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre a violência bem  
368 como, a premiação às Prefeituras que realizassem ações nesta área. Salientou que os  
369 prefeitos, vereadores, deputados federais e senadores não conheciam o Estatuto.  
370 Para ele, era preciso também aprofundar as discussões sobre o Fundeb, piso salarial  
371 e outros assuntos prementes além de realizar audiências públicas para se conhecer o  
372 que está sendo feito na área das medidas socioeducativas. O Deputado Federal  
373 Carlos Santana, abordou a questão da mídia que se posicionava a favor a redução da  
374 idade penal, propondo debater o assunto em todas as instâncias. A Deputada Federal  
375 Cida Diogo, ressaltou as dificuldades de se debater os assuntos nas duas casas de  
376 leis, tendo em vista a forte pressão externa e que para tanto, era necessário  
377 estabelecer estratégias para resolver a questão. Disse defender a implementação das  
378 políticas públicas, criar formas para obrigar os chefes dos executivos estaduais e  
379 municipais para a implementação dessas políticas e levar ao plenário da Câmara  
380 propostas concretas de como enfrentar os problemas. A Representante do Cecria,  
381 Karina Figueiredo, propôs que o Poder Executivo encaminhasse com urgência o PL  
382 de execução das MSE e que a Frente Parlamentar propusesse a criação de uma  
383 CPMI para apurar as irregularidades na aplicação das medidas socioeducativas. O

384 Deputado Chico Alencar se comprometeu a inserir o tema nos debates da Comissão  
385 dos Direitos Humanos. A Senadora Patrícia Saboya, propôs aos presentes visitas aos  
386 gabinetes dos Senadores da CCJ, antes da votação do parecer do Relator  
387 Demóstenes Torres, a ocorrer na próxima quarta-feira. A Senadora sugeriu que fosse  
388 discutido e aprofundado o assunto porém, que não fosse apresentada nenhuma  
389 proposta sobre o aumento do tempo de internação. A Senadora alegou que estava  
390 convencida de que o prazo de três anos estava correto, tecendo um comparativo  
391 entre o prazo de internação do adulto e do adolescente. Propôs dar uma resposta à  
392 sociedade como um todo e que a estratégia seria a união de todos. Com relação à  
393 mídia, a resposta seria de responsabilizar quem deveria ser responsabilizado.  
394 Sugeriu que fosse solicitada ao Senhor Presidente da República a emissão de um  
395 pacote emergencial para a implantação e implementação das medidas  
396 socioeducativas. A Deputada Federal Maria do Rosário sugeriu que fosse feita visita  
397 ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros e ao Presidente da Comissão de  
398 Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Antônio Carlos  
399 Magalhães, antes da votação do parecer, objetivando impedir a referida votação.  
400 Encerrada a reunião, os conselheiros do Conanda, do Fórum Nacional DCA e  
401 demais representantes de ONGs se dirigiram ao Gabinete do Presidente do Senado,  
402 onde foram recebidos pelo Senhor Presidente daquela casa. As Senhoras Carmen de  
403 Oliveira, Presidente do Conanda e Tiana Sento-Sé, Coordenadora do Fórum  
404 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, expuseram os objetivos da  
405 visita, solicitando ao mesmo que intercedesse junto ao presidente da CCJ, Senador  
406 Antonio Carlos(PFL-BA), para adiar a votação das PECs. Na oportunidade, foram  
407 ressaltadas algumas das propostas apresentadas durante o debate no Conanda e com  
408 a Frente Parlamentar. As duas representantes demonstraram suas preocupações no  
409 tocante a votação da matéria, ressaltando o compromisso de todos para a  
410 viabilização da implantação e implementação dos planos de ação para a viabilização  
411 das medidas socioeducativas nas vinte e sete unidades federadas. A Senadora  
412 Patrícia Saboya (PSB-CE), argumentou com o Presidente que os parlamentares  
413 precisavam de mais tempo para discutir a redução da maioria de forma  
414 cautelosa. A Senadora justificou que os parlamentares não queriam arquivar a  
415 proposta mas sim, um espaço e um tempo maior para discutir a matéria com toda a  
416 sociedade. A Deputada Maria do Rosário (PT-RS), que também integra a Frente  
417 Parlamentar, ponderou sobre a necessidade da CCJ adiar a votação da matéria. O  
418 Senador informou que a comissão tinha toda autonomia para votar matérias e não  
419 prometeu conversar com o Senador Antônio Carlos mas, manifestou sua posição  
420 contrária a mudança. Disse aos presentes que se a matéria fosse aprovada, ele iria  
421 reunir os líderes e preparar um calendário e que a questão não seria decidida com  
422 pressa. No dia seguinte, a assembléia teve prosseguimento para discutir os  
423 encaminhamentos das propostas apresentadas no dia anterior com os especialistas e  
424 com a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
425 Inicialmente, a Senhora Presidente fez um resumo dos principais pontos debatidos  
426 tendo sido todos eles aprovados pela plenária, os quais iriam subsidiar a elaboração  
427 de novo pronunciamento do Conselho. Durante o debate os conselheiros da  
428 sociedade civil e alguns representantes governamentais se posicionaram mais uma  
429 vez contra a redução da maioria penal e o aumento do tempo de internação e  
430 manifestaram a necessidade do Conselho ter uma posição unânime sobre o assunto.  
431 Foi ressaltado que desde o início das discussões sobre este tema, o Conanda tinha  
432 assumido o posicionamento contrário a qualquer alteração sobre a redução da idade  
433 penal e que agora, não poderia voltar atrás. A Presidente Senhora Carmen, afirmou  
434 não ter a mesma convicção sobre o tempo de internação, expressando a sua  
435 preocupação sobre o assunto. Disse que enquanto especialista e gestora pública não  
436 gostaria de expressar a sua posição sem ouvir o Fonacriad, Fórum integrado pelos  
437 gestores estaduais das medidas socioeducativas. Para ela havia incongruências dos  
438 dois lados. O conselheiro Eduardo Romão, considerou que o Conselho não deveria



439 definir uma posição para poder ouvir outras posições, caso contrário tiraria a  
440 essência das discussões. A Senhora Tiana disse que o Fórum tinha uma posição  
441 muito clara, pois já haviam ouvido especialistas de todas as áreas e que não era mais  
442 hora de se ter dúvidas. Ressaltou que o Fórum não queria ter a responsabilidade de  
443 contribuir para a redução da idade penal e o aumento do tempo de internação. Os  
444 conselheiros deixaram explícitos os principais pontos que deveriam compor a nota  
445 do Conanda. Foi reafirmada a necessidade de aprofundamento de alguns temas,  
446 principalmente com a imprensa, com as grandes redes que muitas vezes prestavam  
447 um desserviço à nação. Destacado ainda, a necessidade de aprofundamento do  
448 assunto com os parlamentares sobre a situação dos adolescentes, explicitando que o  
449 aumento da internação não mudaria a criminalidade no país. Os conselheiros  
450 Eduardo Romão e Ariel fizeram duas minutas de nota para serem debatidas. Neste  
451 sentido, foi formado um Grupo de Trabalho para dar unidade às propostas e  
452 posteriormente submetê-la à plenária para a sua aprovação. O Grupo foi composto  
453 pelos conselheiros Carmen, Júlia, Maria Ignês, Ariel, Ricardo Caporal, Aurilene e  
454 Patrícia. Às quatorze horas, o Conselho se reuniu novamente para deliberação do  
455 documento que, após os ajustes necessários, fora aprovado por unanimidade pela  
456 plenária, conforme segue: **NOTA PÚBLICA** O Conselho Nacional dos Direitos da  
457 Criança e do Adolescente - Conanda, órgão formulador, deliberativo e controlador  
458 das políticas para a infância e adolescência a nível federal, vem reiterar sua  
459 discordância com as propostas de rebaixamento da maioridade penal. Manifesta  
460 ainda, sua posição contrária a quaisquer propostas imediatistas de alteração do  
461 Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com vistas ao agravamento das  
462 medidas socioeducativas, como a ampliação do tempo de internação. O Conanda  
463 exige: a rigorosa implementação integral do ECA, responsabilidade das esferas  
464 federal, estaduais, distrital e municipais, e dos poderes executivo, legislativo e  
465 judiciário, bem como, de toda a sociedade. O não contingenciamento dos recursos  
466 orçamentários para as políticas públicas da infância e adolescência, sua ampliação e  
467 efetiva execução em cada esfera do governo; A urgente apreciação e aprovação do  
468 Projeto de Lei de regulamentação da execução das medidas socioeducativas no  
469 Executivo e no Congresso Nacional, que padroniza os procedimentos de aplicação  
470 dessas medidas pelo Poder Judiciário e sua execução, em especial nas unidades de  
471 privação de liberdade; A imediata implementação do Sistema Nacional de  
472 Atendimento Socioeducativo - Sinase, que é o primeiro plano a ser adotado no  
473 Brasil, aprovado e publicado pelo Conanda em julho de 2006 que estabelece  
474 parâmetros para o atendimento do adolescente autor de ato infracional, inclusive  
475 adotando um Plano de Atendimento Individual (PIA), com ênfase nas ações de  
476 educação, saúde e profissionalização, bem como constitui padrões para a  
477 composição de equipes interdisciplinares, estrutura física e reordenamento das  
478 unidades de internação; A premente suplementação de recursos do governo federal  
479 para implementação do Sinase, considerando as propostas de emendas  
480 parlamentares ao orçamento da União de 2007, encaminhadas pelo Conanda e  
481 Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, **não aprovadas**  
482 pelo Congresso Nacional; e o cumprimento do Plano Nacional de Convivência  
483 Familiar e Comunitária, que visa a promoção, proteção e defesa do direito à  
484 convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, aprovado em  
485 assembleia conjunta pelo Conanda e Conselho Nacional de Assistência Social –  
486 CNAS, em dezembro de 2006. Assim sendo, o Conanda se compromete a:  
487 Acompanhar a tramitação do Projeto de Lei de execução das medidas  
488 sócioeducativas; Realizar audiências públicas em todas as unidades da federação  
489 para pactuação de ações, metas e financiamento com vistas à implementação do  
490 Sinase; Manter agenda positiva permanente de discussão e proposições sobre o  
491 enfrentamento da violência que afeta principalmente, a população infanto-juvenil; e  
492 Criar campanhas visando a ampla divulgação do Estatuto da Criança e do  
493 Adolescente, haja vista as inúmeras distorções da opinião pública e a desinformação

494 de vários setores da sociedade. Após a aprovação da nota, os conselheiros foram ao  
495 Congresso Nacional para fazer contatos com os gabinetes dos senadores da  
496 Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal para discutir a questão da  
497 maioria penal. No dia vinte e oito às dez horas, os conselheiros do Conanda e os  
498 representantes do Fórum Nacional DCA estiveram novamente presentes na sala de  
499 reunião da CCJ para votação de seis Projetos de Emenda Constitucional (PECs) que  
500 tramitam naquela Comissão, tendo como relator único das matérias o Senador  
501 Demóstenes Torres. A votação da matéria teve início às doze horas e trinta minutos  
502 com a leitura do voto do relator, mantendo o seu posicionamento a favor da redução  
503 da idade penal para dezesseis anos. O Senador Aloizio Mercadante (PT-SP),  
504 apresentou seu voto em separado pela rejeição da Proposta da Emenda à  
505 Constituição número vinte, de mil novecentos e noventa e nove, bem como das  
506 demais que tramitam conjuntamente no Senado Federal. O Senador também se  
507 posicionou pela rejeição das emendas números um e dois, apresentadas na reunião  
508 da CCJ no último dia quatorze de fevereiro e propôs, entretanto, a abertura de um  
509 processo de discussão, em prazo breve, para que o Senado apresentasse à sociedade  
510 brasileira uma proposta ampla, que contemplasse as responsabilidades do governo  
511 federal, dos governos estaduais, do parlamento, do ministério público, do judiciário,  
512 enfim, uma alternativa global e profunda sobre a questão da segurança pública, em  
513 todos os seus aspectos, inclusive a questão do financiamento e do tratamento do  
514 jovem infrator no Brasil. Manifestou-se contrario a redução da maioria penal,  
515 fundamentando o seu parecer no artigo sessenta da Constituição Federal que veda a  
516 apreciação de deliberação de proposta de emenda tendente a abolir os direitos e  
517 garantias individuais, seguindo-se aí as cláusulas pétreas. O Senador lembrou que  
518 inimizabilidade não significava impunidade. Por fim, destacou a participação  
519 relevante da Senadora Patrícia Saboya neste processo. O Senador Demóstenes  
520 parabenizou o Senador Mercadante pelo seu voto, porém, apresentou seu voto pela  
521 manutenção do seu relatório. O Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), no seu  
522 discurso, ponderou que abaixar a idade não era o único ponto e que era importante  
523 aproveitar a oportunidade histórica para votar também outras questões. Para tanto,  
524 sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho composto de seis senadores para num  
525 prazo de trinta dias, efetuar a consolidação de todos os projetos existentes sobre a  
526 matéria com o objetivo de melhorar a segurança pública e propor solução. A  
527 proposta foi aprovada pela maioria dos senadores presentes. O Presidente da CCJ,  
528 Senador Antônio Carlos acrescentou mais quinze dias para o GT, ficando  
529 estabelecido o prazo de quarenta e cinco dias para conclusão dos trabalhos. O  
530 Senador disse ser um erro adiar a decisão e que ele continuaria defendendo os  
531 dezesseis anos e que, a sua convicção era baseada em estudos sobre a matéria mas  
532 que a deliberação competia à Comissão. Em seguida, o Presidente encerrou a Sessão  
533 passando a palavra à Senadora Patrícia Saboya, que emocionada, agradeceu aos  
534 senadores presentes, a participação do Conanda e demais entidades da sociedade  
535 civil e demais representantes presentes. Não tendo mais nada a ser tratado, a  
536 Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para  
537 constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

538

539

540

Carmen S. de Oliveira

541

Presidente